

cial" — também com seu índice alfabético — relativo ao espaço cronológico 1821-1890 (doc. 1 a 1396). Neste mesmo volume publicou-se, adicionalmente, catálogos dos códices alfabéticos por assunto das seguintes Câmaras Municipais: Caeté (1739-1844), Mariana (1708-1837), Ouro Preto (1712-1886), Paracatu (1744-1838) e Sabará (1719-1892). A esta relação acrescenta-se um "Catálogo e índice de Registros Paroquiais".

A **Revista do Arquivo Público Mineiro**, que em sua primeira fase de existência propiciou contributos marcantes à historiografia brasileira ao reproduzir, parcial ou integralmente, textos originais, volta a ser publicada; agora informa por nova orientação editorial.

Tal retomada mostra-se plenamente consentânea com as necessidades atuais dos historiadores e demais estudiosos da sociedade e da economia brasileira, voltados a pesquisas monográficas para cuja elaboração revela-se essencial o conhecimento sólido e amplo das fontes primárias. A RAPM permitir-nos-á melhor conhecimento de importantes acervos documentais existentes em Minas, indispensáveis ao estudo de nossa formação sócio-econômica, particularmente no que diz respeito ao período de predomínio da faina mineira. — **Francisco Vidal Luna.**

SCHWARTZ, Stuart B. — Sovereignty and society in colonial Brazil; the High Court Of Bahia and his Judges, 1609-1851. Bekerley, University of California Press (1973).

Dois sistemas de organização, entrosados entre si, constituíram as bases do governo e da sociedade no Brasil colonial: um oficial, visível, palpável, caracterizado pelas normas burocráticas e estritamente controlado pela Metrópole; um outro, formando intrincada trama de relações pessoais de interesse, de parentesco e de favores que era tacitamente aceito e tolerado pelas autoridades governamentais. O autor, com este estudo tenta captar a relação dinâmica entre estes dois sistemas, coexistentes durante toda a época colonial.

A análise do comportamento da burocracia portuguesa, quando no meio brasileiro, foi feita através do estudo do pessoal pertencente à Relação da Bahia, em seus dois períodos de existência (1609-1626 e 1652-1751). Embora reconhecendo ser o seu um "estudo de elites" sobretudo, o Autor não deixou de parte a população, em prejuízo da qual, com freqüência, agiam os órgãos oficiais coloniais.

Servindo-se de alguns conceitos de Weber, porém sem filiar-se inteiramente a seus modelos por considerá-los não totalmente aplicáveis a estudos do império português, Stuart Schwartz começa por estudar a organização judiciária em toda a orbe lusa no século XVI, especificando o caso brasileiro até 1580. A partir daí, durante o domínio espanhol, em razão da profunda atenção que Felipe II dava às suas responsabilidades administrativas, surgiram as Ordenações Filipinas. O fato de elas terem vigorado após mesmo a separação das duas coroas, demonstra a sua eficiência e aplicabilidade para o mundo português.

Assim, a Suprema Corte brasileira, isto é, a Relação da Bahia, surgiu como uma das inovações introduzidas no período espanhol. O estudo de sua estrutura vai demonstrar que ela mudaria muito pouco como instituição em todo seu tempo de vida. A dinamização correria por conta de seus magistrados. ("Men and not laws made the Relação a dynamic institution, p. 67). A primeira supressão correria por conta da sua atitude contra a suspensão da justiça criminal, como o queria Matias de Albuquerque, como uma das medidas necessárias às condições da guerra contra os holandeses.

Os magistrados, que são analisados através de seu comportamento e funções no meio social baiano e dos problemas e conflitos daí decorrentes, constituem, realmente, o centro das atenções de Schwartz. Pôde ele contar com grande riqueza de fontes consultadas, entre outros, no Arquivo Público da Bahia, na Câmara Municipal de Salvador, no Arquivo Nacional e na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, no Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa, no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, nos Reservados da Biblioteca Nacional de Lisboa, no Archivo General de Indias de Sevilha, na Biblioteca Nacional de Madrid, no British Museum e no Public Record Office, de Londres. Isto, embora se queixe o Autor da falta de diários, memórias e correspondência desses magistrados, que tão exaustiva quão infrutiferamente buscou.

Com a reinstalação da Relação baiana (sugerida logo após a retirada dos holandeses e só concretizada em 1652) e com a criação da do Rio de Janeiro, chegou-se ao que o Autor chama de "braseleiração da burocracia", vindo ela então a fazer parte do cotidiano da vida colonial. Passou-se à definitiva consolidação dos dois "sistemas" coexistentes: o oficial e o de bastidores.

Portanto, é na dinâmica do relacionamento entre sociedade e burocracia (vista como sistema social e como uma das formas de que se reveste a administração), que Stuart Schwartz estabelece o modo como deve ser interpretada a história da burocracia no Brasil colonial. — **Helóisa Liberali Bellotto.**

SILVA, Sérgio. Expansão Cafeeira e Origens da Indústria no Brasil. Editora Alfa-Omega, São Paulo, 1976, 120 p.

Ao observador apressado, esta obra poderia passar despercebida. Afinal, café e indústria mereceram inúmeros estudos, alguns já clássicos na historiografia brasileira. O fato de o desenvolvimento cafeeiro e o surgimento da indústria no Brasil mostrarem-se ligados também não constituiria novidade: o caráter dessa relação se colocou como núcleo de polémica que ocupou não poucas páginas da historiografia nos últimos vinte anos. Mesmo assim, Sérgio Silva conseguiu explorar os temas de forma a tornar amplamente compensadora a leitura de seu livro, seja pelo principiante em História Econômica do Brasil, seja por aqueles atualizados com a bibliografia recente e conhecedores dos debates em torno destes temas.

O objetivo do Autor, como ele próprio declara, é o estudo das origens da industrialização no Brasil. Entretanto, ao encarar o tema sob perspectiva bem determinada, viu-se obrigado a investigar aspectos do desenvolvimento da economia cafeeira, essenciais para compreender o problema proposto. O ampliar da temática inicial explica-se porque "O aprofundamento do estudo das relações economia cafeeira-indústria nascente está apoiada em uma problemática onde a industrialização aparece como a última fase do período de transição capitalista. A indústria nascente é então considerada como resultado de um desenvolvimento capitalista prévio". (p. 17).

Esta forma de definir a problemática da obra se coloca como crucial para os resultados da pesquisa no que trazem de novo para compreender o desenvolvimento brasileiro.

O Capítulo I — "Introdução sobre a Problemática" — estabelece bases teóricas essenciais para a análise posterior: a indústria no processo de desenvolvimento de capitalismo, os problemas da fase de transição e o caráter da economia mundial capitalista encontram-se entre as questões aqui discutidas.